

DAMAIA

Informação

EDIÇÃO DA COMISSÃO DE FREGUESIA DA DAMAIA DO PCP



OUTUBRO 2012

PASSADO UM ANO A LUTA DOS DAMAIENSES COMPENSOU

A TOTALIDADE DOS UTENTES DA DAMAIA DESLOCADOS PARA A BURACA VÃO REGRESSAR AO CENTRO DE SAÚDE DA DAMAIA



A defesa do Centro de Saúde da Damaia através de diversas ações de luta da população foi fundamental para permitir a reintegração progressiva, conforme a entrada de médicos, novamente, da totalidade dos utentes deslocados da Damaia, há cerca de um ano, para o Centro de Saúde da Buraca.

Segundo informação da senhora Diretora do Agrupamento dos Centros de Saúde da Amadora (ACES VII) vão regressar já à Damaia, nesta fase, 1.700 dos utentes deslocados para o Centro de Saúde da Buraca, sendo automaticamente integrados no Centro de Saúde da Damaia, na Unidade Saúde Familiar, (USF Conde da Lousã).

Esta conquista acontece face às ações desencadeadas pela população juntamente

com a Comissão de Utentes que permitiram levar à alteração estrutural verificada que passou de USF Modelo A, a USF Modelo B. Com esta alteração estrutural é permitido integrar, definitivamente, e fazer regressar todos os Utentes deslocados da Buraca conforme a integração de médicos nesta Unidade.

Apenas com a intervenção da população e da Comissão de Utentes do Centro de Saúde da Damaia foi possível fazer cumprir a reivindicação de reintegração total de utentes, acordada com a Comissão de Utentes do Centro de Saúde da Damaia, no passado dia 3 de Outubro de 2011, para a qual se reconhece o empenhamento da senhora directora do Agrupamento dos Centros de Saúde da Amadora (ACES VII).

GOVERNO DESENCADEIA MAIOR OFENSIVA AO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE VISANDO A SUA PRIVATIZAÇÃO

Sob o comando dos ditames da Troika (PS, PSD e CDS-PP), mas prosseguindo objetivos políticos próprios de há muito confessados, o Governo tem em curso o mais violento ataque ao Serviço Nacional de Saúde desde que ele foi criado. A orientação central da política da saúde deste Governo e do anterior (PS), persegue o objetivo da mercantilização e conseqüente privatização do sistema de saúde, com a sua entrega à exploração lucrativa pelos grandes grupos económicos. Só à luz deste desiderato podem compreender-se a tomada de medidas como a desarticulação dos serviços de prevenção e combate à toxicodependência, o corte nas participações do Estado em matéria de anticonceivos, as restrições nos horários de atendimento nos Centros de Saúde, com a conseqüente degradação da resposta ao nível dos cuidados primários, ou, mais recentemente, a ameaça de racionamento dos medicamentos e terapêuticas para doentes do foro oncológico ou reumatológico.

Esta ofensiva do Governo desencadeada ao Serviço Nacional de Saúde acontece num quadro de grande desorganização dos serviços e da crescente falta de resposta na prestação de cuidados. É neste enquadramento que o governo vai

implementando gradualmente um sistema de saúde a duas velocidades: um serviço público para os pobres, centrado na prestação de um conjunto mínimo de cuidados de saúde; outro, centrado nos seguros privados de saúde, garantido nas unidades de saúde privadas. O alargamento das convenções com os grupos financeiros (de que são exemplo os acordos entre a ADSE e os grupos HPP e ES/Saúde) e as Parcerias Público-Privadas (com a concessão da gestão clínica), a par do desinvestimento e desestruturação dos serviços públicos, têm sido os principais instrumentos de concretização da privatização.

As conseqüências desta política estão à vista: aumento desmesurado dos custos para o Estado e para os utentes e, ao contrário do prometido pelos arautos do primado do privado, pior qualidade no serviço prestado. Estas medidas que limitam o acesso aos cuidados de saúde e põem em causa, de forma grave, a qualidade do serviço prestado são inseparáveis da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores do sector da saúde, em particular com a destruição das carreiras médicas e de enfermagem e a crescente precarização no trabalho dos profissionais dos serviços de

A LUTA CONTINUA PELA DEFESA DO SNS

O Governo insiste em avançar com uma Reforma contra os interesses das populações e contra o País. A sua preocupação não é melhorar as condições de saúde das populações é, antes, mais uma pretensão de desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, pedra basilar do regime democrático e conquista inalienável da Revolução de Abril!

Por um Serviço Nacional de Saúde digno
ao serviço das populações.

A luta continua!

AS MEDIDAS GRAVOSAS COM QUE O GOVERNO VAI LIXAR OS PORTUGUESES EM 2013

FIQUE A CONHECER TUDO O QUE VAI AFECTAR A SUA VIDA EM 2013

- **Mudança nos escalões do IRS** - Reduz-se os escalões de oito para cinco. Até sete mil euros, o valor a pagar será de 14,5%. Quem tiver rendimentos entre sete a 20 mil euros, a taxa sobe para 28,5%. Já quem reunir entre 20 a 40 mil terá um IRS de 37%, que depois sobe para 45% para rendimentos entre 40 a 80 mil euros. O escalão mais elevado, a partir de 80 mil euros, terá uma taxa de 48%. Para estes rendimentos mais elevados mantém-se a taxa de solidariedade de 2,5%.
- **Sobretaxa de 4% cobrada mensalmente** - Além do reescalamento do IRS, o Governo introduz no Orçamento para o próximo ano ainda uma sobretaxa de 4% sobre os rendimentos auferidos em 2013. Este pagamento vai ser feito mensalmente ao longo do próximo ano, através da retenção na fonte pela entidade patronal;
- **Tectos mais baixos para as deduções no IRS** - As deduções de despesas com os empréstimos à habitação e com as rendas da casa vão ter limites mais baixos. Até aqui existia um valor máximo de 15% para os juros dos empréstimos da casa e de 591 euros para as rendas. Agora, os dois casos ficam limitados a 443 euros. São ainda esperados mais cortes nos tectos máximos nas deduções que se podem fazer com gastos de saúde, educação, entre outros;
- **Subsídios de desemprego e doença pagam imposto** - Vai ser aplicada uma taxa em ambos os subsídios de desemprego e de doença. No caso dos desempregados será de 6%. Já no subsídio de doença a taxa exigida será de 5%. O Governo garante que a medida "não prejudica a garantia do valor mínimo das prestações";
- **Cortes nas pensões a partir de 1.350 euros** - As pensões mais elevadas tanto da Função Pública como do sector privado vão ter reduções de 3,5% a 10%. Os cortes são progressivos e começam nos 1.350 euros. Quem recebe mais de 3.750 euros vai ter um corte de 10%. Destaque ainda para a taxa de 15% sobre o valor que exceda 12 vezes o Indexante de Apoios Sociais, que é de 5.030 euros, e de uma outra de 40% sobre o valor que seja superior a 7.545,96 euros;
- **Subsídio de Natal pago em duodécimos** A Função Pública e os pensionistas vão receber o subsídio de Natal dividido na sua remuneração base de cada mês, sendo o valor apurado mensalmente, mantendo-se o subsídio de férias suspenso.
- **Juros e rendimentos de capitais taxados a 28%** - Juros de depósitos e a generalidade dos rendimentos de capital passam a ser tributados a uma taxa de 28% contra os actuais 25%. Actualmente este tipo de rendimentos são tributados a 25%, mas já está no Parlamento uma proposta de lei para passar esta tributação para os 26,5%, com efeito desde 1 de Janeiro de 2012.
- **Imposto de circulação sobe entre 1,3% e 10%** - O Imposto Único de Circulação (IUC) vai aumentar para todas as categorias de carros já a partir do próximo dia 1 de Janeiro. Nas viaturas com menor cilindrada e menos poluentes a subida do imposto é de 1,28%. Já os carros de alta cilindrada vão pagar mais 10% de IUC.
- **Tabaco vai ficar mais caro** - O imposto sobre o tabaco vai passar de 50% para 80%, tal como propõe a CIP. Também o imposto sobre charutos e cigarrilhas sobe de 15% para 25%. O tabaco de enrolar fica igualmente mais caro;
- **Rendas com taxa liberatória de 28%** - Os rendimentos prediais passam a ser tributados a uma taxa autónoma de 28%, tal como foi pedido pelo sector imobiliário.
- **Taxa sobre transacções financeiras** - Executivo cria taxa sobre transacções financeiras de valores mobiliários, que pode chegar aos 0,3%;
- **Subsídio por morte cortado a metade** - O subsídio de morte dos aposentados vai descer para um valor máximo correspondente a três indexantes de apoios sociais (IAS), ou seja, a 1.257 euros, contra os 2.515 euros anteriores.
- **Nova taxa sobre cosméticos, produtos de higiene, dispositivos e homeopáticos** - O Governo criou uma taxa sobre a comercialização dos produtos cosméticos e de higiene corporal, bem como dos dispositivos médicos e produtos farmacêuticos homeopáticos. Esta taxa incide sobre o montante do volume de vendas destes produtos, deduzido o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) realizado pelas entidades que têm de efectuar o pagamento. A taxa terá de ser autoliquidada e paga mensalmente com base na declaração de vendas mensais que têm de ser registadas na autoridade que regula o sector (Infarmed);
- **Taxas moderadoras no SNS actualizadas ao nível da inflação** - O Governo decidiu não alterar as taxas moderadoras na saúde. Os valores que os utentes vão pagar pelos serviços de saúde vão ser actualizados apenas ao nível da inflação, que em Setembro estava nos 2,9%;

- **Orçamento Subsídios de desemprego e doença vão pagar imposto** O Governo vai aplicar uma taxa nos subsídios de desemprego e de doença. Na prática, isto representa um corte que deve ser de 6% para quem não tem emprego e 5% no caso de doença. Os subsídios de desemprego e de doença vão ser reduzidos no próximo ano, uma vez que o Governo pretende aplicar uma taxa nos dois casos, segundo a versão preliminar do Orçamento do Estado para 2013, divulgada pelo Jornal de Negócios.

ESTÁ NA MÃO DE CADA UM DERROTAR ESTA POLÍTICA E ESTE GOVERNO

Ano e meio de Pacto de Agressão, para o qual PSD, CDS e PS atiraram o país, já mostraram que este é um caminho que só serve o grande capital e os interesses de potências estrangeiras.

O país está mais endividado, mergulhado numa recessão sem precedentes, com níveis inimagináveis de desemprego e de pobreza. Cada nova medida é um passo mais no afundamento e na exploração.

É mentira que estas medidas visem combater o desemprego.

O resultado inevitável do roubo nos rendimentos dos trabalhadores e do povo só trarão mais retração do mercado interno, mais falências de pequenas e médias empresas, mais desemprego. A somar aos mais de 90 mil contratados da administração pública que o governo se prepara para despedir.

HÁ ALTERNATIVA.

UMA POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA CAPAZ DE DAR RESPOSTA AOS PROBLEMAS DO PAÍS

É preciso que os portugueses saibam que mesmo na dramática situação em que a política de sucessivos governos colocou o país, há alternativa à política de desastre nacional. Há soluções para o País. Rejeitar o pacto de agressão da troika, libertar o País do domínio do grande capital nacional e transnacional, renegociar a dívida (nos seus montantes, juros e prazos), pôr Portugal a produzir substituindo importações por produção nacional, parar com o processo de privatizações, valorizar os salários e as pensões, defender e desenvolver os serviços públicos,

afirmar a soberania nacional, rejeitar as imposições supranacionais e federalistas da União Europeia.

O rumo de desastre nacional pode ser interrompido, o caminho para um país mais desenvolvido e mais justo acabará por ser aberto. Com a luta de todos, com a confiança de que é possível uma vida melhor e mais digna.

Desenvolver a luta e o protesto, dar mais força ao PCP.

**GREVE
GERAL**

14 NOVEMBRO

**GRANDE JORNADA DE LUTA
DA CGTP-IN**

REJEITAR O PACTO DE AGRESSÃO

Com o PCP, uma política e um governo patriótico e de esquerda



Uma poderosa demonstração de força e confiança, para a qual o PCP apela à participação.

www.lisboa.pcp.pt
dorlpcp@dorl.pcp.pt